

Alexandre De Moraes Direito Constitucional Livro

Transconstitutionalism is a concept used to describe what happens to constitutional law when it is emancipated from the state, in which can be found the origins of constitutional law. Transconstitutionalism does not exist because a multitude of new constitutions have appeared, but because other legal orders are now implicated in resolving basic constitutional problems. A transconstitutional problem entails a constitutional issue whose solution may involve national, international, supranational and transnational courts or arbitral tribunals, as well as native local legal institutions. Transconstitutionalism does not take any single legal order or type of order as a starting-point or ultima ratio. It rejects both nation-statism and internationalism, supranationalism, transnationalism and localism as privileged spaces for solving constitutional problems. The transconstitutional model avoids the dilemma of 'monism versus pluralism'. From the standpoint of transconstitutionalism, a plurality of legal orders entails a complementary and conflicting relationship between identity and alterity: constitutional identity is rearticulated on the basis of alterity. Rather than seeking a 'Herculean Constitution', transconstitutionalism tackles the many-headed Hydra of constitutionalism, always looking for the blind spot in one legal system and reflecting it back against the many others found in the world's legal orders.

This classic work of constitutional theory analyzes the general structure of constitutional rights and their judicial application. It deals with a wide range of problems common to all systems of constitutional rights review - from balancing rights to deciding the limits of their scope.

Data de fechamento: 03.03.2020 / O livro do Professor Pedro Lenza contém todas as atualizações ocorridas no Direito Constitucional, considerando as emendas constitucionais, as súmulas vinculantes e as principais decisões do STF. Trata-se de um verdadeiro método de ensino, com linguagem fácil e direta, e com recurso gráfico que auxilia o estudo e a memorização dos principais temas. O leitor conta com um material digital exclusivo, com questões disponibilizadas por meio de plataforma on-line, com a possibilidade de baixar o conteúdo, e material complementar em formato de vídeos ao longo dos capítulos. Sucesso entre os concurreiros, esta obra, dada a sua clareza e objetividade, atende as necessidades dos estudantes de graduação, dos profissionais de direito e daqueles que buscam uma fonte de consulta prática.

A Editora Saraiva apresenta a edição 2016 da obra "Direito Constitucional Esquematizado", de autoria do Professor Pedro Lenza. Através de um projeto gráfico pioneiro em duas cores, o autor aplica a didática dos quadros, palavras-chave, esquemas, itens e subitens, que proporcionam a fixação visual do conteúdo e o aprendizado através de uma linguagem clara, direta e estimulante. A 20ª edição está atualizadíssima, abrangendo as mais importantes Emendas Constitucionais até a de n. 92, as 56 súmulas vinculantes e as principais decisões do STF. Atualizada conforme o Novo Código de Processo Civil, a obra destina-se a alunos de graduação e concursos públicos (inclusive das carreiras não jurídicas) e possui questões de concursos das mais importantes bancas, além de mostrar-se indispensável aos profissionais da área do direito.

A proposta deste livro é a de oferecer ao aluno a compilação e o atual desenvolvimento da recente disciplina incluída em cursos de graduação e pós-graduação, denominada "direito processual constitucional". Além de contemplar os programas das principais instituições de ensino superior, Paulo Hamilton Siqueira Jr. traz novas indagações científicas, de forma que este trabalho servirá de livro-texto não só a estudantes, mas também àqueles que pretendem obter o conhecimento preciso e objetivo desse novo ramo do Direito. Seguindo firme objeto pedagógico de sistematização da obra, aliás, sedimentado em sólida experiência profissional e produtiva atividade acadêmica, o autor dividiu o estudo da matéria em sete partes: 1. Introdução; 2. A Constituição; 3. O processo; 4. A Constituição e o Processo; 5. Controle de Constitucionalidade; 6. Writs constitucionais; e 7. Defesa da Cidadania. Espera-se que o leitor vislumbre o desiderato da disciplina, segundo o qual consiste em evitar e proteger os ataques aos direitos consagrados no texto constitucional.

A obra analisa primeiramente a teoria geral dos direitos humanos, enfocando todas as previsões constitucionais de direitos e garantias fundamentais. Na segunda parte, comenta os artigos 1o. a 5o. da Constituição. Nos temas polêmicos, encontra-se o posicionamento de diversos tribunais constitucionais estrangeiros. Alexandre de Moraes é promotor de Justiça em São Paulo e professor de Direito Constitucional e Penal do Complexo Jurídico Damásio E. de Jesus e da Escola Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo.

O Curso de Direito Constitucional é um livro completo, que traduz o meio mais prático de um estudo eficaz para graduação, exames da OAB e concursos públicos. Ao final de cada capítulo há um resumo dos pontos e a obra está atualizada até a Emenda Constitucional n.99/2017. Over the past 30 years, Latin America has lived through an intense period of constitutional change. Some reforms have been limited in their design and impact, while others have been far-reaching transformations to basic structural features and fundamental rights. Scholars interested in the law and politics of constitutional change in Latin America are turning increasingly to comparative methodologies to expose the nature and scope of these changes, to uncover the motivations of political actors, to theorise how better to execute the procedures of constitutional reform, and to assess whether there should be any limitations on the power of constitutional amendment. In this collection, leading and emerging voices in Latin American constitutionalism explore the complexity of the vast topography of constitutional developments, experiments and perspectives in the region. This volume offers a deep understanding of modern constitutional change in Latin America and evaluates its implications for constitutionalism, democracy, human rights and the rule of law.

Consagrada no meio jurídico, a obra Curso de Direito Administrativo chega agora atualizada à sua 8ª edição, sempre fruto da larga experiência de seu autor, Edmir Netto de Araújo, que, valendo-se do amplo repertório que foi adquirido como Professor (atualmente Professor Sênior) de Direito Administrativo da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e Procurador do Estado de São Paulo, apresenta novamente um livro completo e didático sobre a matéria. Procurando manter linguagem clara e simples, a nova edição atualizada traz reflexões adicionais a respeito da nova lei das estatais (sociedades de economia mista, empresas públicas); da reforma trabalhista, contratações terceirizadas, responsabilidades de empresas e acordos de leniência, trabalho prestado à distância, direitos e deveres de servidores e outros temas, como mencionados na edição anterior da obra. Continua sendo obra indispensável a alunos de cursos regulares de Direito e pósgraduandos que buscam bases seguras ao seu conhecimento sobre o Direito Administrativo, e também a profissionais, como juristas, professores de Direito, advogados, membros do Ministério Público e da Magistratura.

Esta obra apresenta as principais matérias do direito constitucional de forma objetiva e eficiente. Cuidando das mais importantes discussões doutrinárias, acompanhadas de análise crítica de cada um dos institutos, o autor nos oferece o exame da teoria da constituição, da defesa da constituição, das medidas processuais de controle de constitucionalidade, dos direitos humanos, dos direitos individuais, dos direitos sociais e coletivos, das garantias constitucionais e da repartição e funcionamento do poder. Como orientação metodológica, o livro apresenta ao final de cada capítulo a indicação da bibliografia utilizada, o que facilita a consulta das obras utilizadas pelo autor. Nesta nova edição o autor dá sequência ao estudo verticalizado dos centros de controle e fiscalização do Estado brasileiro, destaque para sobre a nova Lei de Combate ao Abuso de Autoridade (Lei n. 13.869/19). Ademais, incorporou os importantes marcos conceituais e jurisprudenciais

resultantes de três julgamentos ocorridos no STF: i) a fixação da multiparentalidade responsável (RE 898.060), ii) a criminalização da homofobia (ADO 26 e MI 4733) e iii) o estabelecimento do importante direito associado às gestantes e mães presas ou sujeitas a medidas socioeducativas (HC 898.060). Além disso, analisa alguns dos pontos da chamada MP da Liberdade Econômica (MP 881/2019). Por fim, a obra está atualizada com a EC n. 102, de 2019, na parte relacionada ao regime orçamentário do Brasil.

Direito constitucionalDireito constitucional (32a. ed.).Direito ConstitucionalIESDE BRASIL SADireito constitucional (33a. ed.).Direito constitucionalinclui as leis nos 12.016/19 (mandado de segurança individual e coletivo) e 12.063 (ADI Omissão)

Analisa a teoria geral do Direito Constitucional e a interpretação constitucional, para, posteriormente, comentar todos os artigos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, atualizados até a Emenda Constitucional n° 45, de 8 de dezembro de 2004, publicada em 31 de dezembro. Além disso, são tratados diversos assuntos relacionados à Jurisdição Constitucional e à Defesa dos Direitos Fundamentais, ao serem comentadas as Leis n° 9.868/99 (ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade), 9.882/99 (argüição de descumprimento de preceito fundamental), 1.533/51 (mandado de segurança), 9.507/97 (habeas data) e 8.429/92 (improbidade administrativa) e os arts. 647 a 667 do Código de Processo Penal, relativos ao Habeas Corpus. Traz, ainda, as Súmulas do Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Tribunal Superior Eleitoral, com a finalidade de auxiliar os estudos e a consulta dos leitores.

A ausência de cultura constitucional é causa de muitos dos males da civilização brasileira na atualidade. O Curso de Direito Constitucional, de Manoel Jorge e Silva Neto, foi elaborado dentro da perspectiva de consolidação da cultura constitucional, aprofundando-se na doutrina com base nas decisões do Supremo Tribunal Federal e dos demais tribunais superiores. Esta edição se encontra atualizada até a Emenda Constitucional n. 71, de 29 de novembro de 2012, e Súmula Vinculante 32, de 24-2-2011, além da atualização da jurisprudência do STF e demais Tribunais Superiores.

Consulte a página da revista em <http://mail.almedina.net/rdp> Esta revista está também disponível como parte de uma Assinatura. I

DOCTRINA Fernando Horta Tavares Acesso ao Direito, Duração Razoável do Procedimento e Tutela Jurisdicional Efetiva nas Constituições Brasileira e Portuguesa: Um Estudo Comparativo Luís Otávio Vincenzi de Agostinho Análise Constitucional acerca da crise entre a liberdade de crença e o Estado Laico Manuel Afonso Vaz O tempo e a efetivação dos direitos fundamentais Marcelo Campos Galuppo e Samarah Rejany Motta Lopes A Violência doméstica contra a mulher no Brasil: a Constitucionalidade da Lei Maria da Penha frente ao princípio da isonomia entre sexos Ricardo Godinho Gomes Guiné-Bissau: a caminho de uma bipolarização política? Sandra Lopes Luís As

Recomendações do Provedor de Justiça: Uma abordagem jurídico-constitucional Tiago Viana Barra Mecanismos de tutela pela violação de direitos fundamentais pelos poderes públicos II JURISPRUDÊNCIA CRÍTICA Carlos Alexandre de Azevedo Campos As dimensões do ativismo judicial do Supremo Tribunal Federal Guilherme da Fonseca Anotação ao Acórdão no 396/2011 do Tribunal Constitucional

Em sua décima quinta edição, este Curso se tornou, graças à colaboração de seus leitores, uma das obras mais prestigiadas do Direito Constitucional brasileiro. A fim de se perpetuar como referência para a formação acadêmica de estudantes e para a consulta por parte dos profissionais do Direito, esta edição foi totalmente revista e atualizada. O leitor encontrará atualizações diversas que se referem a novos rumos da jurisprudência e aportes de reflexão jurídica, como as Emendas Constitucionais promulgadas no último ano, compreendendo também as decisões mais recentes do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores. Além disso, a edição explora temas ainda pouco desenvolvidos pela doutrina nacional, como o impacto de novas tecnologias nas relações jurídicas e seus reflexos nos mais diversos campos do Direito.

The Unwritten Brazilian Constitution offers an unexplored topic outside Portuguese language: the leading cases on human rights in the Brazilian Supreme Court (Supremo Tribunal Federal – STF). The Brazilian Constitution of 1988 represents an institutional framework able to restructure the relationship between the powers after the military dictatorship. The constituents drafted the Brazilian Constitution in order to set an extensive system of judicial protection for fundamental rights, by means of several instruments that have strengthened access to the Judiciary. Because the Brazilian Constitution has an extensive list of fundamental rights, the STF was called to interpret them several times and it developed an unwritten understanding of these fundamental rights. These decisions are not available to the international community since they are not translated to English. Based on this gap, this original book illustrates the main rulings on human rights analyzed by great scholars in Brazil. The text presents a deep discussion regarding the characteristics of the cases and demonstrates how the STF has built the legal arguments to interpret the extension of the fundamental rights.

Numa altura em que a globalização conhece passos acelerados, não só na integração político-jurídica como na aproximação entre culturas e civilizações, cabe aos Estados um papel primordial – porventura imprevisto – de defesa e conservação das identidades dos povos, bem como das singularidades das comunidades nacionais. Mas à multiplicação das interrogações têm faltado respostas, déficit bem evidente no desconforto que se vive numa globalização que dissemina as coisas boas e as coisas más, contra a qual todos vamos gradualmente despertando, mesmo de diversificados quadrantes políticos. É assim que, hoje, o estudo do Direito Constitucional se apresenta como um desafio mais difícil, mas em relação ao qual este Manual de Direito Constitucional, em dois volumes, pretende dizer “presente”, numa visão portuguesa, actualizada e sintonizada, agora na 5a edição, com as grandes questões que se colocam à Ciência do Direito Constitucional.

Negociação coletiva de trabalho é considerada um dos temas mais relevantes do Direito do Trabalho, por permitir que sejam negociadas condições de trabalho, criando normas aplicáveis às relações individuais de trabalho. Contudo, é de se perguntar: toda essa base de concepções está adequada ao novo mundo do trabalho? Os mecanismos atuais de negociação coletiva são adequados? Em uma 1ª edição

brilantemente escrita, Negociação Coletiva de Trabalho adentrou profundamente no assunto, revisitando toda a formação e todo o desenvolvimento da negociação coletiva para assim desenvolver suas próprias reflexões a respeito. Questionou tabus da Justiça Trabalhista e relativizou princípios até então incólumes, como o da proteção. Sustentou a inexistência de um conflito original nas relações de trabalho. E trouxe à tona erros de tradução que levaram a esse entendimento equivocado. O resultado foi uma proposta de conceituação mais

adequada ao instituto, como ato jurídico complexo paramétrico comportamental. O autor apontou para a flexibilização qualificativa, incluindo a negociação coletiva na atual realidade do trabalho. Enfatizou que o resultado e a eficácia das negociações não estão restritivos a

compromissos formais (documentos escritos). E concluiu que os agentes não se restringem às empresas e sindicatos, mas englobam as centrais sindicais, as associações, o Estado e até mesmo comunidades, como a europeia. Esta 2ª edição foi inteiramente revista e

atualizada, com especial atenção para a Lei da Reforma Trabalhista (Lei n. 13.467/2017), que acarretou novos conceitos ao livro, por exemplo, a encontrabilidade, com a prevalência ou a proporcionalidade do negociado sobre o legislado. Para a nova edição, reafirmase que

a importância deste livro está ligada não apenas à atualização da ideia de negociação coletiva de trabalho, reedificando conceitos jurídicos, mas também, e principalmente, à maneira como se expressa, pois se revela como suporte fundamental de informações e instrumental a

todos os que estão envolvidos com o assunto: sindicalistas, profissionais de RH, advogados, juízes e membros do Ministério Público.

A obra analisa primeiramente a Teoria Geral dos Direitos Humanos, enfocando todas as previsões constitucionais de direitos e garantias fundamentais. Na segunda parte, comenta os artigos 1o. a 5o. da Constituição. Nos temas

polêmicos, encontra-se o posicionamento de diversos tribunais constitucionais estrangeiros. Alexandre de Moraes é promotor de Justiça em São Paulo e professor de Direito Constitucional e Penal do Complexo Jurídico Damásio E. de

Jesus e da Escola Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo.

